

**DISCURSOS POLÍTICOS E JOGOS DE PODER: A ATUAÇÃO DOS
VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-PB NO
CONTEXTO DA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA (1947-1951)**

Carla Schayane Costa Silva
Universidade Federal da Paraíba
carlaschayane@hotmail.com

A Constituição de 1946, promulgada após a queda do Estado Novo dentro de um contexto de democratização do estado brasileiro, estabeleceu as normas e o funcionamento do estado democrático de direito. O poder legislativo, que havia sido suprimido na ditadura varguista, foi, portanto, reestabelecido em todo o país. Nesse sentido, os trabalhos na câmara federal, nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais foram sendo paulatinamente retomados.

Neste trabalho, que é fruto da pesquisa para dissertação de mestrado, buscamos analisar a Câmara Municipal de João Pessoa a partir de sua dinâmica interna, na tentativa de entender o funcionamento das sessões e discutir as relações de poder local com base na atuação dos vereadores eleitos. Para tanto, buscamos perceber a posição social desses homens, a sua relação com o restante da sociedade civil, os principais elementos dos seus discursos e os interesses que estes se propunham a defender.

Para subsidiar este trabalho contamos, sobretudo, com as atas das sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, desde a sua abertura, em 1947¹, até Dezembro de 1951, quando se encerra a primeira legislatura pós Estado Novo. Procuramos interpretar as atas analisadas neste trabalho não apenas como um simples documento de registro, mas também a partir do contexto de sua produção. Conforme apontou Martiny (2008), que analisou as possibilidades de utilização das Atas da Câmara Municipal como fontes documentais para a pesquisa histórica:

“Três importantes aspectos precisam ser discutidos quando tomamos tais Atas como fontes de pesquisa histórica: seu caráter de fonte oficial; a

¹ A existência da Câmara Municipal em João Pessoa data do período colonial. A abertura a qual nos referimos em 1947 é a da instalação da Câmara Municipal no prédio que na época era a sede da Sociedade de Medicina da Paraíba, local onde funcionou durante mais de trinta anos, quando finalmente mudou-se para atual sede, a chamada Casa Napoleão Laureano, na Rua das Trincheiras, nº 43.

necessidade de utilizar uma metodologia de análise baseada no cruzamento de informações com outras fontes; e, a necessidade de uma análise que apreenda não somente o conteúdo explícito destas fontes, mas também o que nelas está implícito.” (p.02).

Assim como a autora, entendemos que, a depender do manejo e interpretação do historiador, as atas da Câmara Municipal se constituem de uma fonte significativa para entendermos a dinâmica da sociedade local, observando seus aspectos sociais e econômicos, bem como as relações de poder estabelecidas no interior da instituição política-administrativa. O que faz as atas serem consideradas uma fonte significativa não é meramente o seu conteúdo, mas sim, o entrecruzamento do que foi registrado em ata com outras fontes que se relacionem com o contexto em que elas foram escritas. Os registros da Câmara foram fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho, no entanto, eles não foram os únicos. Na tentativa de obter uma visão mais ampla do nosso objeto de estudo, optamos pelo cruzamento das fontes, analisando também notícias dos principais impressos da época, registros do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba e os depoimentos orais gravados no documentário em homenagem aos 70 anos da Câmara Municipal de João Pessoa.

Entendemos a Câmara como um espaço de poder, legitimado a partir da fala, da ação e da influência dos vereadores que a compunham. Segundo Pettigrew (1973) e Pfeffer (1981), citados por Van Dijk (2012, p. 63) “diálogos realizados com e dentro de instituições e organizações representam formas de interação institucional e, portanto, também exercem, apresentam, sinalizam ou legitimam uma variada gama de relações de poder”. Nesse sentido, as atas vão significar uma importante fonte para conhecermos as relações de poder local. Além de possibilitarem a identificação dos membros da política local e suas posturas políticas, os registros da Câmara Municipal nos ajudam a “pensar [também] a atuação daqueles setores que apesar de não terem produzido essa fonte documental, não deixaram de nela aparecer, seja através do conflito que criaram com a elite dirigente, seja através do papel que a eles é reservado por esta mesma elite.” (MARTINY, 2008, p.06). Portanto, embora as atas representem oficialmente a instituição e os agentes políticos que nela atuaram, a população pessoense não deixou de aparecer nessa documentação, seja diretamente, quando se dirigia à Câmara para fazer

alguma solicitação ou indiretamente, a partir da fala dos vereadores que adotaram o discurso em defesa da população local.

Nas eleições de Outubro de 1947 a população pessoense teve a oportunidade de ir às urnas escolher os representantes do legislativo local. Foi o momento de reencontro com a democracia e da reorganização das instituições locais nos moldes do novo regime. Realizadas as eleições e escolhidos os vereadores da cidade através do voto popular, em 14 de Novembro de 1947 iniciaram-se os trabalhos na Câmara Municipal de João Pessoa². No dia anterior, o jornal *A União* emitiu uma nota comunicando a população da cidade a instalação dos trabalhos da Câmara:

“Realizar-se-á amanhã (dia 14), às 15 horas, no edifício onde funcionou a Junta de Conciliação e Julgamento, sob a presidência do dr. Manoel Simplicio Paiva, Juiz de Direito da 1ª vara, a primeira reunião da Câmara Municipal desta cidade, na qual os vereadores prestarão compromisso, seguindo-se a eleição da Mesa.” (Instalar-se-ão amanhã os trabalhos da Câmara Municipal de João Pessoa. *Jornal A União*, 13/11/1947)

No dia da abertura dos trabalhos da instituição, o jornal lançou novamente uma nota:

“No pavimento térreo do edifício da Sociedade de Medicina, à rua das Trincheiras, realiza-se hoje, às 15 horas, a instalação dos trabalhos da Câmara Municipal de João Pessoa. O ato será solene, devendo comparecer ao mesmo autoridades e pessoas das várias classes sociais desta cidade.” (Intala-se hoje a Câmara Municipal de João Pessoa. *Jornal A União*, 14/11/1947)

As notas emitidas pelo jornal *A União* apresentam a preocupação em tornar público o processo de estabelecimento da casa legislativa e reafirmar, perante a população, a importância da Câmara Municipal para a vida política local. Na última citação, o jornal afirma que deverão comparecer a solenidade, além das autoridades,

² Na referida eleição foram eleitos os seguintes vereadores: Miguel Severino Bastos Lisboa (UDN), João Cabral Batista (UDN), José Betâmio Ferreira (UDN), Napoleão Rodrigues Laureano (UDN), Mario da Gama e Melo (PSD), José Clementino de Oliveira Júnior (PSB), Ranulfo de Oliveira Lima (UDN), Damasio Barbosa da Franca (UDN), Orlando Marinho Moura (UDN), Henrique Bernardo Cordeiro (UDN), José Lopes da Silva Sobrinho (PSD) e Janson Guedes Cavalcante (PSD).

peças das distintas classes sociais, dando a entender que a população estaria a par das decisões políticas locais. A participação política, aliás, foi uma das mudanças significativas do período político pós-Estado Novo.

No dia abertura dos trabalhos na Câmara, registrou-se em ata a seguinte fala:

“[Com a palavra o] Sr. Presidente, **cheio de fé nos destinos do Brasil**, num discurso, no qual evidenciou, em brilhantes palavras que era motivo de **júbilo para todos o termos atingido a última fase da reintegração do País nos seus quadros legais.**” (CMJP, 1947, folha 01. Grifos nossos).

A fala acima foi proferida pelo recém-empossado vereador e presidente da Casa Miguel Severino Bastos Lisboa e traz a saudação pelo reestabelecimento do regime democrático na capital paraibana. Presidida pelo Juiz Eleitoral Manoel Símplicio, a instalação da Câmara Municipal de João Pessoa oficializou a posse dos vereadores eleitos no pleito de Outubro de 1947. Esses vereadores eleitos compuseram a primeira legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. A composição partidária dessa legislatura seguiu a lógica estadual, com a predominância da UDN, que elegeu oito vereadores, seguida do PSD, partido que conseguiu eleger três vereadores. Entre os doze eleitos, apenas um vereador não pertencia a UDN ou ao PSD, e era filiado ao Partido Socialista do Brasil. Embora o prefeito eleito na capital fosse do PSD, a vitória dos vereadores da UDN foi considerável para fortalecer o partido, pois eles compunham dois terços da Câmara Municipal nessa primeira legislatura.

Através da análise de alguns dados biográficos referentes aos vereadores eleitos em Outubro de 1947, notamos a semelhança na origem econômica-social desses vereadores. Conforme observamos, a primeira legislatura tinha uma composição diversificada em relação à atuação profissional, mas semelhante no que se refere ao poder econômico. Os vereadores pertenciam à classe média paraibana, gozando, portanto, de prestígio perante a sociedade local. Alguns, inclusive, segundo relatos do jornalista Willis Leal³, construíram sua carreira política a partir da profissão que exerciam, como é o caso do vereador e advogado Mario da Gama e Melo, que oferecia

³ Willis Leal na época era jornalista do Jornal *O Norte* e encarregado de cobrir os trabalhos na Câmara Municipal enquanto representante da imprensa. Anos depois, entrou para o quadro efetivo da instituição ocupando o cargo de assessor de imprensa. No documentário comemorativo aos 70 anos da Câmara Municipal, o jornalista foi entrevistado e relatou o cotidiano na instituição.

serviços jurídicos gratuitos à população, o que influenciou nos bons resultados nas urnas.

Segundo a ata da sessão de abertura, o início dos trabalhos da Câmara Municipal na capital pessoense teve a população como testemunha. Não tivemos acesso a informações sobre a identidade das pessoas ali presentes, no entanto, vemos a citada presença da população nesta solenidade como algo representativo do aumento de participação popular no processo político, algo que, como veremos, aumenta com o passar dos anos. Pelo esforço das instituições e dos próprios políticos, a cerimônia foi divulgada para o público em geral como um meio de legitimar a volta da capital aos quadros legais e de propagar na memória coletiva a importância da instituição.

Na manhã do dia 15 de Novembro de 1947, a primeira página do Jornal *A União* noticiou a abertura dos trabalhos na Câmara Municipal com a seguinte manchete: “Câmara Municipal de João Pessoa. A instalação ontem dos seus trabalhos – Eleição da Mesa - Moções ao Presidente da República e ao Governador do Estado – Assumirá, hoje, a Prefeitura, o pres. da Câmara Municipal.” (Jornal *A União*, 15 de Novembro de 1947). Na mesma notícia, também foi veiculado na íntegra o discurso do recém-empossado presidente da Casa, o vereador Miguel Bastos Lisboa:

“Exmo. sr.dr. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Capital. Exmo sr. Representante do sr. Governador do Estado. Srs. Vereadores, minhas senhoras, meus senhores: Ao assumir neste período constitucional a direção dos trabalhos legislativos deste município, depois do memorável pleito de 12 de outubro, presidido em nosso Estado pelo Exmo. Sr. Governador Oswaldo Trigueiro, com o maior exemplo de democracia que já tivemos notícia, faço-o com a emoção natural destes momentos. De início, porém, desejo fique consagrado o meu profundo agradecimento aos meus pares pela prova de confiança que acabam de dar-me elegendo-me Presidente desta casa, agradecimentos estes que torno extensivo a União Democrática Nacional (Sec. deste Estado) e ainda ao povo paraibano por me haverem proporcionado o ensejo desta honra, mandando-me mais uma vez como um dos seus representantes a esta Câmara. Neste posto, em que ora me invisto, não tenho promessas a fazer – aspiro, sim, como sempre, trabalhar, ser útil a este povo intrépido e bom que é o povo paraibano, certo de que, servindo-o, estou servindo a Paraíba, estou servindo ao Brasil. Não deixo de reconhecer as grandes responsabilidades que se me põem sobre os ombros, mas, com a ajuda eficiente e construtiva de todos os componentes desta Câmara, sem distinção de cor política, espero poder cumprir tão árdua missão. É corrente não ser satisfatória a situação econômico-financeira do município; acredito, entretanto, que, com os novos recursos facultados na Constituição Federal e na do Estado, com um regime de compressão de despesas, enfim, com uma previsão orçamentária perfeita, seja possível podermos ter, dentro em pouco, equilibradas as suas finanças, tanto mais quanto a frente de sua administração

vamos ter a figura já experimentada e moça do prefeito eleito Luiz de Oliveira Lima, cujas qualidades morais e intelectuais são proclamadas com justiça por todo o povo livre e consciente da Paraíba” (Jornal *A União*, 15 de Novembro de 1947).

O discurso de posse do vereador Miguel Bastos Lisboa apresenta uma série de elementos que nos permitem analisar a dinâmica da política local. A princípio vemos que o vereador enaltece a eleição municipal, legitimando seu caráter democrático. No momento, era importante afirmar o caráter legal do processo eleitoral e renegar o passado autoritário do qual o país acabara de sair. Miguel Bastos reconhece a figura do povo como responsável pela sua eleição e sela um compromisso para com esta população: o de servir ao povo paraibano. Esse discurso vai ser comum no período analisado, dada a importância do eleitor no novo cenário político. O vereador trata ainda da situação financeira do município, alegando estar ciente da falta de recursos que o município enfrentara. Não tivemos acesso aos dados econômicos do município, no entanto, a preocupação com as finanças é algo que aparece com frequência nos registros de atas.

Após oficializarem a posse dos doze vereadores eleitos, aconteceu a eleição da mesa diretora, através do voto secreto. Foram eleitos Miguel Severino Bastos Lisboa⁴ (UDN) para presidência da Câmara, Napoleão Rodrigues Laureano (UDN) como vice-presidente, Ranulfo de Oliveira Lima (UDN) para primeiro secretário⁵ e Henrique Bernardo Cordeiro (UDN) para segundo secretário. A mesa diretora foi composta inteiramente por vereadores da UDN, o que representa a força do partido no legislativo municipal. Eleita a mesa diretora, os trabalhos na Câmara Municipal foram iniciados.

Atendimentos às demandas públicas

O novo regime inaugurou uma nova forma de se fazer política. O apelo às classes populares e a tentativa de conquistar o eleitorado através do discurso populista marcaram as eleições da época. Em campanha, os candidatos proferiam discursos em

⁴ Um dia depois da posse, Miguel Bastos afasta-se da Câmara para assumir a Prefeitura de João Pessoa como prefeito interino, ficando Napoleão Laureano na presidência da instituição de 15 de novembro a 06 de dezembro de 1947.

⁵ Na eleição da mesa diretora, houve um empate entre Ranulfo Oliveira e José Clementino de Oliveira Junior, mas, por ser mais velho, o primeiro ganhou o cargo.

defesa dos mais pobres, aqueles que eram vistos como “desprotegidos” e mais necessitados da atenção dos poderes públicos. Após eleitos, a atuação dos vereadores estava pautada nessa prerrogativa: defender os menos favorecidos.

Nesse sentido, conforme observamos nas atas, os vereadores dedicavam grande parte do seu tempo ao atendimento e discussões sobre demandas públicas ou pedidos de caráter pessoal dos seus eleitores. “Os atendimentos respondem às expectativas dos eleitores, já que o político é a pessoa legitimamente encarregada de realizar a distribuição de benesses públicas, uma vez empossado.” (LOPEZ, 2004, p. 162). A relação dos vereadores com seu eleitorado começava na campanha e era consolidada no momento após a posse, quando estes passavam a atuar em defesa dos seus, ou do coletivo.

“Há uma nítida associação entre sucesso político e capacidade de dar assistência e atender às demandas dos eleitores. Essa relação permite-nos pensar a Câmara Municipal como *locus* de atuação de políticos travando uma disputa pela generosidade, uma disputa em que todos concorrem incessantemente para maximizar a distribuição de favores aos seus demandantes, pois sabemos que o seu prestígio político está vinculado ao volume de seu atendimento.” (LOPEZ, 2004, p. 164).

Conforme observamos na citação acima, o bom vereador era aquele que atendesse às demandas do povo. Sendo assim, a atuação dos vereadores era pautada no atendimento e defesa da população pessoense. Era a partir do atendimento às demandas públicas que os vereadores consolidavam o seu nome na política local e garantiam o apoio popular para as próximas eleições. Não à toa, vereadores como Cabral Batista (UDN) e Mário da Gama e Melo (PSD), tidos como defensores das classes populares, foram reeleitos por mais sete e oito mandatos para vereador, respectivamente⁶.

Observamos que a população local recorria a Câmara através de ofícios ou memorandos para fazer diversos tipos de solicitações. No segundo dia de funcionamento da instituição, constam os seguintes requerimentos:

“O sr. Presidente determinou ao primeiro Secretário que procedesse a leitura do expediente em mesa, constando o seguinte: ofício do sr. Prefeito encaminhando uma petição firmada pelo Presidente e Assistente Eclesiástico

⁶ Cabral Batista foi eleito vereador nos anos de 1959, 1963, 1968, 1972, 1976, 1982 e 1985. Mario da Gama e Melo foi eleito vereador nos anos de 1951, 1955, 1959, 1963, 1968, 1972, 1976 e 1982.

do Círculo Operário Católico, desta Capital, solicitando a doação de um terreno para construção de sua sede [...]. Petição do funcionário, em disponibilidade, do antigo Conselho Municipal, Francisco Nunes do Rego, solicitando a sua inclusão no quadro do pessoal da Secretária desta Câmara.” (CMJP, 15 de novembro de 1947)

Algumas vezes as solicitações eram feitas por vereadores específicos, que levavam os pedidos da população local para serem discutidos em plenário:

“Facultada a palavra, usa da mesma o vereador Cabral Batista para levar ao conhecimento da Casa um memorial recebido dos moradores da av. da Pedra, em Cruz das Armas em que apelavam para os poderes públicos no sentido de serem construídas galerias para o escoamento de águas pluviais que durante o inverno inundam as casas daquela artéria. Reputando justa aquela reivindicação, requereu o vereador Cabral Batista o encaminhamento do memorial ao sr. Prefeito para o devido estudo.” (CMJP, 12 de dezembro de 1947).

O vereador Cabral Batista, com a palavra, leu para o conhecimento do plenário, um memorial dos habitantes de Jaguaribe sobre os preços de passagem dos bonde na Linha Circular, ficando acertado, numa troca de ideias entre os srs. Vereadores, ser o mesmo remetido, com ofício da Presidência ao exmo. sr. Governador do Estado” (CMJP, 10 de dezembro de 1947)

Há também com frequência a solicitação de melhorias nos serviços públicos, tais quais: iluminação pública, calçamento de ruas, transporte público, limpeza urbana, entre outras coisas.

“[...] o vereador Gama e Melo apresentou um requerimento pedindo abertura do Posto Médico da Torre que, posto em votação, foi aprovado. O vereador Cabral Batista apresentou um requerimento encarecendo ao Prefeito a necessidade da limpeza de algumas ruas da Vila de Cabedelo. (CMJP, 22 de janeiro de 1948)

A seguir passou-se a discutir o requerimento do vereador Damasio Franca solicitando a iluminação do bairro Rogers. O vereador Clementino Junior [...] passou a relatar as inúmeras dificuldades por que vem passando os seus serviços públicos, quando a própria iluminação do centro da cidade é a mais deficiente.” (CMJP, 22 de janeiro de 1948).

A seguir [o vereador José Betamio] apresentou ainda um requerimento pedindo a reparação da ladeira que conduz ao Varjão, para tornar possível o acesso de veículos, inclusive da Assistência Pública na sua faina de socorrer os doentes pobres daquele lugar. (CMJP, 26 de janeiro de 1948)

Nas discussões do plenário, os vereadores se afirmavam enquanto representantes do povo e buscavam ter aprovados os seus projetos em benefício da população. No

entanto, a maioria das propostas dependia primeiro da aprovação da Casa e, depois, da prefeitura municipal.

Embora a forma de realizar o atendimento seja peculiar a cada Vereador, o objetivo de “amarrar” o eleitor e conseguir sua adesão é a razão motivadora de grande parte da disputa que se observa na arena política municipal, seja na própria Câmara – pela formação dos grupos políticos e facções –, seja na relação entre os vereadores e o Poder Executivo. Assim, **o sucesso dos vereadores em atender às demandas encaminhadas depende de seu acesso à administração pública.** (LOPEZ, 2004, p. 162. Grifo nosso).

Sendo assim, ter uma boa aliança dentro da instituição e também com o executivo municipal significava uma maior possibilidade de atendimento às demandas do eleitorado. Os vereadores da UDN eram maioria na Câmara, o que facilitava a votação de propostas dentro da instituição. No entanto, o prefeito eleito pertencia ao PSD, fato que fez com que muitas vezes os vereadores da UDN apelassem aos colegas do PSD para que estes fizessem determinadas solicitações na tentativa de facilitar um retorno positivo por parte do prefeito.

Através das atas, notamos que os vereadores possuíam redutos eleitorais. Observando os dados do TRE-PB, não tivemos acesso aos resultados eleitorais de acordo com cada região, no entanto, vemos a partir das atas que nas sessões era comum que determinado vereador fizesse solicitações de melhorias para bairros específicos da cidade. Além disso, nos relatos de Willis Leal, quando entrevistado no documentário em comemoração aos setenta anos da Câmara, ele diz que na capital havia um tipo de vereador: aquele que era líder do bairro. Tanto nos relatos quanto nas atas, evidenciamos a ligação do vereador Cabral Batista (UDN) com o bairro de Cruz das Armas, por exemplo. Segundo relato do seu filho⁷, os votos do bairro de Cruz das Armas já garantiam a vitória a Cabral Batista. O reduto eleitoral de cada vereador “indica a importância da representação política em termos espaciais [...]. Em larga medida, os eleitores passam a ver em determinado Vereador o representante do seu bairro, de sua localidade, de sua comunidade.” (LOPEZ, 2004, p.158).

⁷ Ver Câmara: 70 Anos de História. Direção: Lúcio César Fernandes. Produção: TV Câmara. João Pessoa, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kpUnKFTNzrk>> Acesso em: 15 de Março de 2019.

Conforme pudemos observar, os vereadores eram constantemente procurados e vistos como figuras de referência perante a população. Os pedidos diversos de atendimento às demandas da população nos mostram que:

“A prática do atendimento aos eleitores é uma busca de solução para questões pontuais e nela a interação face-a-face com o eleitor (no gabinete ou na rua) e com os problemas que o afetam no dia-a-dia é muito importante. O atendimento é a atividade em torno da qual se desenvolve o trabalho diário dos vereadores no município. Do ponto de vista da racionalidade eleitoral, maximizadora de votos, esse comportamento é coerente, dado que o capital político do Vereador é medido por sua capacidade de atender aos pedidos que lhe são encaminhados.” (LOPEZ, 2004, p.156)

Nesta perspectiva, o que se observa é que frequentemente os pedidos de eleitores e representantes de comunidades através da fala dos vereadores. Se era um momento novo para as instituições políticas, era também para a população, que viu na Câmara Municipal, através da representação dos vereadores, um espaço para ter atendidas as suas demandas.

Embates Políticos/Relação entre Legislativo e Executivo

Os embates internos dentro do legislativo municipal por conta da representação partidária também davam a tônica dos trabalhos na instituição. As discussões em torno de questões partidárias eram constantes, seja dentro da dinâmica da própria Câmara ou a partir da relação do legislativo com os executivos municipal e estadual.

No que tange aos discursos proferidos no plenário, a partir das informações registradas nas atas durante o período de tempo estudado, percebemos certa dificuldade dos vereadores que não eram da UDN em se pronunciar ou ter atendidos os seus pedidos. Os vereadores do PSD e o único vereador do PSB eram interrompidos em determinados momentos de fala ou não tinham suas ideias acatadas pelos demais, algo que remete a força partidária da UDN dentro da instituição. Havia, portanto, uma relação de poder entre as bancadas partidárias, na qual a bancada do PSD e o vereador do PSB precisavam da oposição para aprovar seus projetos por estar em menor número. Nesse sentido, notamos um amplo jogo de forças, no qual um dependia do outro, uma

vez que os vereadores do PSD tinham melhores relações com o prefeito Oswaldo Pessoa (PSD).

Percebemos também a defesa que cada bancada fazia aos seus correligionários, incluindo o próprio prefeito, quando se tratava da bancada do PSD. Durante essa primeira legislatura, as discussões foram frequentes, “com debates quase sempre acirrados e reveladores de um sistema partidário municipal atuante neste período de democratização” (SILVA, 2017, p.99). Em uma das atas registrou-se a seguinte discussão:

“A seguir, foram submetidos à discussão os dois pareceres da Comissão de Finanças sobre o projeto de Lei concedendo a pensão de trezentos cruzeiros à viúva e filhos do ex servidor municipal João Ferreira Campelo, um, de autoria do vereador Moacir Soares, opinando a quantia acima e outro, do vereador Janson Guedes reduzindo a pensão para duzentos cruzeiros, em face da situação precária das finanças municipais” (CMJP, 16/01/1948)

Vemos que enquanto o vereador da UDN, Moacir Soares, estava defendendo um valor maior para pensão da viúva, Janson Guedes, do PSD, propõe que o valor pago seja menor, justificando sua proposta na situação financeira da prefeitura. Os vereadores do PSD, partido do prefeito Oswaldo Pessoa, representavam a voz do prefeito na Câmara. Quando a bancada de oposição propunha algo que dependesse dos recursos do executivo local, os vereadores pessedistas argumentavam contra, defendendo o executivo com base na “situação precária da Prefeitura”. O mesmo ocorreu na quadragésima sétima sessão extraordinária realizada aos vinte e sete de fevereiro de 1948, quando a principal discussão foi sobre a permanência de uma feira no bairro de Cruz das Armas:

“A hora do expediente constou de um memorial dos habitantes de Cruz das Armas, apelando para continuação de uma feirinha que se realiza no bairro há mais de cinquenta anos, beneficiando os operários, extinta há poucos dias por ordem do senhor prefeito da capital. Sobre o requerimento assinado por mais de quatrocentos habitantes daquele arrabalde, usou da palavra o vereador Cabral Batista [...] a favor do memorial. O vereador Graciano Medeiros sugeriu que a Câmara apelasse ao Prefeito, afim do mesmo restabelecer a antiga feirinha. O vereador Gama e Melo explicou as razões porque o Sr. Oswaldo Pessoa mandara extinguir aquela feira, por motivos de higiene e também para salvaguardar os interesses da prefeitura quanto aos impostos” (CMJP, 27/02/1948).

Houve uma discussão a respeito da permanência ou não da feira, enquanto os vereadores da UDN alegavam defender o interesse dos trabalhadores e da população ao pedir a permanência da feira, Gama e Melo, vereador do PSD, justificou a ação do prefeito e se mostrou preocupado com a situação financeira da prefeitura.

Em outro momento, salientando as disputas partidárias dentro da instituição, o vereador Cabral Batista fez um apelo para resolução da situação de funcionários municipais demitidos pelo prefeito Oswaldo Pessoa por motivos políticos. Janson Guedes, do PSD, defendeu novamente o prefeito, alegando que não foi por motivos políticos tal demissão, pois segundo ele, dentre os funcionários demitidos havia vários pessedistas. Enquanto os vereadores da UDN acusavam o prefeito, os do PSD tentavam amenizar a situação, demonstrando apoio e tentando justificar as suas atitudes. Abaixo vemos mais um dos casos em que isso aconteceu:

“Falou ainda o orador [Cabral Batista] das remoções verificadas na Prefeitura, tendo citado o caso de D. Naylde Sobral, sua própria irmã de criação, que fora removida para a Assistência Pública, onde ameaçaram-na dos mais baixos serviços. Declarou, a seguir, o vereador udenista não esperar fizesse o Sr. Oswaldo Pessoa uma política tão rasteira na Prefeitura, onde certas pessoas ouvem conversas atrás das portas para fazer mexericos poucos sensatos contra os correligionários da UDN.” (CMJP, 23/02/1948)

A fala acima foi proferida pelo vereador udenista Cabral Batista, que novamente acusava o prefeito Oswaldo Pessoa de adotar uma política de perseguição contra os servidores municipais e os correligionários da UDN. Nesse caso, Cabral Batista se referia a uma familiar, dando ênfase a citada perseguição política por parte do prefeito. Logo após a sua fala, o vereador pessedista Janson Guedes rebateu tais acusações, defendendo o Prefeito alegando “ser intenção do Sr. Oswaldo Pessoa reabilitar as finanças do município, embora tenha que fazer novas demissões” (CMJP, 23/02/1948). A discussão entre os dois vereadores aqueceu os debates no plenário e causou tumulto na sessão. Enquanto os vereadores da UDN acusavam o Prefeito de tomar decisões arbitrárias que prejudicaram as famílias dos modestos servidores, Janson Guedes defendia as atitudes do Prefeito.

Dado os entraves partidários entre as instituições, os vereadores da bancada udenista questionavam em vários momentos as ações da prefeitura. O prefeito Oswaldo

Pessoa (PSD), inclusive, foi acusado pela oposição de “espalhar na prefeitura um regime de terror e violência” (CMJP, 1948). Diante dessas discussões, notamos que os vereadores pareciam preocupados em defender seus correligionários, muitas vezes tomando decisões que beneficiassem seus colegas de partido e não em função do bem comum ou de uma ideologia partidária.

Percebemos que os vereadores questionavam o prefeito em vários momentos, lhes pedindo satisfação sobre a situação financeira do município, sobre os orçamentos, pagamentos, entre outros. A prefeitura apresentava constantemente relatórios sobre os aspectos financeiros da capital, bem como a justificativa de suas ações. Notamos que ambas as instituições – o legislativo e executivo local – dependiam uma da outra e que na maioria das vezes a Câmara fiscalizava as ações do prefeito, condenando-as quando não estavam de acordo com determinada medida.

Considerações Finais

Com base no material analisado, pudemos perceber algumas questões sobre a dinâmica da política local, que iam desde a discussão de assuntos de interesses gerais e o funcionamento da instituição, à disputa política partidária pelo lugar de fala e por interesses das bancadas distintas. Em um contexto de redemocratização, a Câmara Municipal atuou, portanto, como palco das decisões políticas locais.

Se compararmos esse momento (1947-1951) aos regimes anteriores, esse período foi mais democrático no sentido de permitir à população o acesso, ainda que limitado, à vida política, seja por meio do voto ou através da solicitação de demandas públicas, como é o caso dos vários memorandos de moradores dos bairros da capital solicitando melhorias e benefícios para suas comunidades.

As discussões dos agentes políticos analisados, travadas no interior da instituição nos mostram que em determinados momentos os debates foram acalorados por conta de questões partidárias. Percebemos também certa preocupação dos políticos em atender algumas demandas sociais, talvez pela pressão da população ou até mesmo para fortalecer seu reduto eleitoral, visando uma futura reeleição.

Notamos elementos de uma cultura política partidária que determinava as ações dos sujeitos analisados, fazendo com que a atuação dos vereadores fosse baseada na defesa dos seus correligionários e nas pautas que estes se propunham a defender. Além disso, percebemos na fala dos vereadores uma ação paternalista, de assistencialismo à população, quando estes muitas vezes se colocavam como “os defensores dos direitos dos mais pobres”.

Conforme vemos nas atas, alguns vereadores aparecem defendendo questões sociais reivindicadas pela população, haja vista a presença de alguns setores da sociedade reivindicando melhorias nos seus bairros, empregos, entre outros. Foi através dessas práticas que o espaço de atuação das classes populares sofreu um aumento significativo. Existia uma relação de poder desigual entre os políticos e a população em geral, mas os políticos entendiam que essa estrutura poderia ser ameaçada.

REFERÊNCIAS

Fontes

CÂMARA dos Deputados. **Legislação.** Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: março de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **História.** Disponível em: <<http://cmjp.pb.gov.br/historia/>> Acesso em: 15 de Março de 2019.

Câmara Municipal de João Pessoa. Livros de Atas vol. 01 1947.

Câmara Municipal de João Pessoa. Livros de Atas vol. 03 1948.

Câmara Municipal de João Pessoa. Livros de Atas vol. 04 1949.

Câmara Municipal de João Pessoa. Livros de Atas vol. 05 1949-1950.

Câmara Municipal de João Pessoa. Livros de Atas vol. 06 1951.

Câmara Municipal de João Pessoa. Livros de Atas vol. 07 1951.

Câmara: 70 Anos de História. Direção: Lúcio César Fernandes. Produção: TV Câmara. João Pessoa, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kpUnKFTNzrk>> Acesso em: 15 de Março de 2019.

Jornal A UNIÃO, 14 de outubro de 1947.

Jornal A UNIÃO, 13 de novembro de 1947.

Jornal A UNIÃO, 14 de novembro de 1947.

Jornal A UNIÃO, 15 de novembro de 1947.

Jornal A UNIÃO, 02 de dezembro de 1947.

Jornal A UNIÃO, 03 de dezembro de 1947.

Jornal A UNIÃO, 04 de dezembro de 1947.

Jornal A UNIÃO, 16 de dezembro de 1947.

Jornal A UNIÃO, 24 de dezembro de 1947.

TRIBUNAL Regional Eleitoral da Paraíba – TRE-PB. **Resultados das Eleições na Paraíba**. Disponível em <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>. Acesso em: março de 2019.

Bibliográficas

BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ João Pessoa: Assembleia Legislativa/ A União, 1994[1957].

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba. (1945/1964)**. João Pessoa: Universitária/UFPB/Ideais, 1998.

DIJK, Teun A. (org.) **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2012.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história – debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. O Brasil Republicano vol. 03. 4ª. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba – Um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LOPEZ, Felix G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba [22]; jun. 2004, p. 153-177.

LUCA, Tania Regina de. **Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos**. In PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MARTINY, Carina. **Das presenças e ausências: as Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí (1875a 1892) como fonte de pesquisa**. Disponível em: <<file:///C:/Users/carla/Downloads/Daspresenaseausncias.pdf>> Acesso em: julho de 2019.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003 [1988].

SILVA, Aline Marques da. **Poder local na Paraíba durante a experiência democrática: política e relações de poder no município de Mamanguape (1947-1963)**. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2017.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. **Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. 2ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1983.